CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Dark Horse: Prefeitura de SP aponta R$ 13 milhões em notas suspeitas de ONG

Fonte original: Brasil 247. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Brasil 247 (brasil247.com)
Autor	Guilherme Levorato
Data de publicação	06/07/2026 07:07
URL original	https://www.brasil247.com/sudeste/dark-horse-prefeitura-de-sp-aponta-r-13-milhoes-em-notas-suspeitas-de-ong/
Relevância	Alta · Contratos e dinheiro público · Reportagem
Pessoas citadas	Karina Gama
Organizações	Instituto Conhecer Brasil (ICB), Prefeitura de São Paulo, Ministério Público de São Paulo, Complexsys, Google, Secretaria Municipal de Inovação, Prefeitura de SP
Data da coleta	29/09/2026 10:07
Situação	No ar · última verificação 27/11/2026 12:06
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Dos R$ 13 milhões sob suspeita, cerca de R$ 11 milhões se referem a notas emitidas por Make One, Ultra IP, Complexsys e Favela Conectada. (defesa/posicionamento)

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / Brasil 247

RESUMO

247 – A Prefeitura de São Paulo identificou R$ 13 milhões em notas fiscais consideradas suspeitas na prestação de contas do Instituto Conhecer Brasil (ICB), organização contratada para instalar pontos de Wi-Fi em comunidades da capital e ligada à produtora de Dark Horse, cinebiografia de Jair Bolsonaro (PL), segundo o Metrópoles. Dos R$ 13 milhões sob suspeita, cerca de R$ 11 milhões se referem a notas emitidas por Make One, Ultra IP, Complexsys e Favela Conectada.

247 – A Prefeitura de São Paulo identificou R$ 13 milhões em notas fiscais consideradas suspeitas na prestação de contas do Instituto Conhecer Brasil (ICB), organização contratada para instalar pontos de Wi-Fi em comunidades da capital e ligada à produtora de Dark Horse, cinebiografia de Jair Bolsonaro (PL), segundo o Metrópoles.

O caso envolve um contrato de R$ 108 milhões firmado entre a administração municipal e o ICB, presidido por Karina Ferreira da Gama, também responsável pela produtora Go Up Entertainment. A Polícia Civil investiga se recursos destinados ao projeto de conectividade teriam sido usados para pagar despesas relacionadas ao filme.

Na última quarta-feira (1º), a gestão municipal emitiu uma notificação apontando inconsistências em notas fiscais apresentadas pela entidade referentes ao primeiro semestre de 2025. Entre os problemas listados estão falta de detalhamento dos serviços, descrições genéricas de despesas e notas canceladas depois da emissão, o que pode tornar os gastos inválidos.

A maior parte dos valores questionados envolve empresas que também aparecem na investigação da Polícia Civil. Dos R$ 13 milhões sob suspeita, cerca de R$ 11 milhões se referem a notas emitidas por Make One, Ultra IP, Complexsys e Favela Conectada. Segundo a prefeitura, a documentação não detalha informações essenciais, como área geográfica de atuação, pontos de acesso instalados e escopo das atividades executadas.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

Um dos casos citados envolve pagamento de R$ 500 mil à Favela Conectada. A nota fiscal correspondente foi cancelada pela própria empresa dias depois de a prefeitura apontar a irregularidade. A administração municipal passou então a exigir a devolução integral do valor.

Segundo autoridades do Ministério Público de São Paulo (MPSP), Alex Leandro Bispo, representante da Favela Conectada, teria ingressado no Primeiro Comando da Capital (PCC) durante o período em que cumpriu pena na Penitenciária 2 de Presidente Venceslau, no interior paulista.

Outro ponto questionado é o pagamento de R$ 406.752,50 à JR Feijão Ltda, empresa do setor alimentício. O valor corresponde a três repasses feitos em 11 de abril, com base em notas fiscais emitidas no dia anterior sob a descrição genérica de "aquisição de material". As notas foram canceladas pela própria empresa em 16 de abril. Com isso, a prefeitura classificou as despesas como ilegítimas e determinou a devolução dos recursos.

A Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (Smit) também apontou inconsistências em dois pagamentos à Talk Comunicações, nos valores de R$ 166.666 e R$ 181.818, feitos em março e maio. As despesas somam R$ 348.484 e foram registradas como "contrato de comunicação massificada". Segundo a pasta, as notas não indicam as praças atendidas nem detalham as campanhas realizadas, razão pela qual foram solicitados relatórios de veiculação e comprovantes de mídia.

O Instituto Conhecer Brasil terá prazo de 30 dias, a partir do recebimento do ofício, para apresentar justificativas por escrito e documentos retificadores relacionados aos itens questionados. Caso não consiga comprovar a regularidade das despesas, a entidade poderá ser obrigada a devolver os valores.

Ao Metrópoles, o ICB afirmou que não foi notificado sobre os R$ 13 milhões em notas suspeitas vinculadas ao contrato de Wi-Fi. "Até o momento, toda a nossa prestação de contas junto aos órgãos competentes segue dentro da regularidade, conforme os procedimentos previstos em contrato", informou a entidade.

O instituto também declarou que "permanece à disposição para prestar esclarecimentos às autoridades e aos veículos de comunicação sempre que for oficialmente comunicada sobre qualquer questionamento ou procedimento envolvendo suas atividades".

A investigação ganhou força após a Operação Sem Wi-Fi, deflagrada pela Polícia Civil. De acordo com a apuração, a Prefeitura de São Paulo teria pago valor supostamente 230% superior ao praticado no mercado em um contrato para instalação de pontos de internet em comunidades periféricas. Enquanto a empresa municipal Prodam cobrava R$ 306, além de R$ 200 mensais de manutenção por ponto, o acordo com o ICB previa R$ 1.800 fixos por ponto.

Em nota enviada ao Metrópoles, a Prefeitura de São Paulo afirmou que o custo estimado da parceria com o instituto para 2026 é de R$ 1.280 por ponto ao mês. A gestão municipal sustenta que o valor é inferior às propostas recebidas em 2022, que, segundo a administração, variavam entre R$ 2.026,26 e R$ 5.092,14 por ponto ao mês.

Entre as suspeitas investigadas estão falta de capacidade técnica do ICB, possível superfaturamento, descumprimento de metas, fraude em termos aditivos e pagamentos antecipados sem a correspondente entrega dos serviços. A Polícia Civil aponta que o chamamento público contou apenas com a participação do instituto, entidade que, segundo os investigadores, não teria experiência prévia no setor de telecomunicações.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

A apuração também trata da instalação de apenas 3,2 mil dos 5 mil pontos de Wi-Fi previstos no contrato. Segundo a Polícia Civil, três termos aditivos teriam sido assinados em intervalos curtos para justificar atrasos na execução do projeto. Os investigadores afirmam ainda que a prefeitura teria antecipado R$ 26 milhões sem a devida contraprestação e identificado repasses relacionados a 3,2 mil pontos quando apenas seis estariam em funcionamento no período analisado.

O caso ocorre em meio ao crescimento expressivo do Instituto Conhecer Brasil. O faturamento declarado pela entidade passou de R$ 306 mil no fim de 2022 para R$ 54 milhões no fim de 2025, alta de 170 vezes em três anos. Do total, R$ 51,9 milhões aparecem como “parcerias e subvenções governamentais”, além de R$ 2 milhões em “subvenções com educação” e R$ 2,6 milhões em “receita com prestações de serviço”.

❗ Se você tem algum posicionamento a acrescentar nesta matéria ou alguma correção a fazer, entre em contato com .

✅ Receba as notícias do Brasil 247 e da TV 247 no Telegram do 247 e no canal do 247 no WhatsApp.

Marque o Brasil 247 como fonte preferida no Google:

Apoie o jornalismo independente do 247:

Dark Horse | Jair Bolsonaro | são paulo

Fonte original: https://www.brasil247.com/sudeste/dark-horse-prefeitura-de-sp-aponta-r-13-milhoes-em-notas-suspeitas-de-ong/ · Coletado em 29/09/2026 10:07 · Gerado em 28/11/2026 00:01

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.